DOCAPESCA - Portos e Lotas, SA

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2.º TRIMESTRE DE 2025

ÍNDICE

#	CAPÍTULO	PÁGINA
I.	INTRODUÇÃO	3
II.	RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO	4
III.	RESPONSABILIDADES DO AUDITOR	4
IV.	ANÁLISE	5
V.	CONCLUSÃO	12
VI.	NOTA FINAL	13

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

I – INTRODUÇÃO

Ao Conselho de Administração da
Docapesca – Portos e Lotas, SA
Av. Brasília
Pedrouços
1400-038 Lisboa

Lisboa, 29 de outubro de 2025

Exmos. Senhores,

Para efeitos do disposto no artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, examinámos o Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2025 da Docapesca – Porto e Lotas, SA, (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um ativo de 55 927 307 euros e um total de capital próprio de 29 164 736 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 433 619 euros, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período compreendido entre janeiro e junho de 2025.

O Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre foi efetuado tendo por base a versão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), relativo a 2025, aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de setembro de 2024 e aprovado em 17 de dezembro de 2024, pelo acionista Estado.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.

A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

II – RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de Execução Orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental da Docapesca, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

III – RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação do relato de execução orçamental e se o mesmo reflete de forma verdadeira e apropriada a informação relativa ao orçamento e às realizações expressas nos registos contabilísticos da Docapesca, competindo-nos apresentar as principais conclusões decorrentes do trabalho realizado.

IV - ANÁLISE

Importa salientar que, a Certificação Legal das Contas de 2024, emitida pelo revisor oficial de contas em 18 de março de 2025, inclui duas reservas relativas ao processo de integração do IPTM e à constituição de provisões para fazer face ao pagamento do IMI. Estando o Conselho de Administração em conjunto com a Entidade do Tesouro e Finanças (anteriormente designada por Direção-Geral do Tesouro e Finanças) a diligenciar no sentido da sua resolução.

Conforme mencionado no Relatório de Atividades e Execução Orçamental do 2.º trimestre de 2025 a Docapesca pretendia dar início ao processo de avaliação de bens, estando previsto o lançamento de um conjunto de procedimentos por concurso para a avaliação patrimonial. Contudo, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 agosto, Lei-Quadro de transferência de competência para as Autarquias Locais), encontra-se em curso um processo negocial com diversos municípios, com vista à transferência de ativos e competências atualmente na área de jurisdição da Docapesca. Assim, a Docapesca pretende efetuar a avaliação patrimonial apenas dos ativos que ficarão na sua esfera de atuação (infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca), tencionando aguardar a conclusão do processo de descentralização, para efetuar a avaliação do património que não venha a ser incluído nas transferências a realizar. Foram incorporados no PAO 2025 os efeitos do processo de descentralização, resultante dos protocolos assinados em 2023 e 2024.

IV.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL RENDIMENTOS

em euros

Designação	Execução	Orçamento 2º trimestre	Variação face ao orçamento do trimestre	
			Valor	%
RENDIMENTOS				
Vendas	606 497	580 145	26 352	5%
Serviços Prestados	13 106 640	12 570 881	535 759	4%
Subsídios à Exploração	242 279	147 333	94 947	64%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	127 110	-	127 110	0%
Outros rendimentos	1 511 650	1 291 954	219 697	17%
Juros e rendimentos similares obtidos	12 021	10 600	1 421	13%
Total Rendimentos	15 606 198	14 600 913	1 005 285	7%

O total da execução dos rendimentos do 2.º trimestre de 2025 ascende a 15 606 198 euros, evidenciando uma variação favorável de 1 005 285 euros (+7%) face ao orçamento. A evolução global é explicada fundamentalmente pela variação dos Serviços Prestados (+535 759 euros) face ao orçamento. A primeira venda de pescado é a componente com maior peso no volume de negócios apresenta uma variação positiva de cerca de (+462 880 euros) em comparação com o orçamento.

IV.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL GASTOS

em euros

Designação	Execução	Orçamento 2º trimestre	Variação face ao orçamento do trimestre	
			Valor	%
GASTOS				
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	99 798	175 791	(75 994)	-43%
Fornecimentos e serviços externos	4 945 045	5 123 461	(178 416)	-3%
Gastos com o pessoal	7 666 686	8 149 743	(483 057)	-6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	1 938	40 000	(38 062)	-95%
Outros gastos	751 649	756 341	(4 692)	-1%
Gastos/reversões de depreciação	2 551 500	2 159 164	392 336	18%
Juros e gastos similares suportados	4 535	24 050	(19 515)	-81%
Total Gastos	16 021 151	16 428 550	(407 400)	-2,5%

O total da execução de gastos apresenta um montante inferior ao valor orçamentado no 2º trimestre de 2025. A variação mais significativa é verificada nos Gastos com pessoal que evidenciam um decréscimo, face ao previsto no orçamento, no valor de 483 057 euros, que decorre essencialmente da redução de números de trabalhadores face ao previsto no mesmo período. Esta diminuição é compensada pelo aumento, face ao orçamentado, dos gastos com depreciações (+392 336 euros), decorrentes das incorporações efetuadas no final de 2024.

V.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

em euros

ATIVO	Execução 30-jun-25	Orçamento 30-jun-25	Execução 31-dez-24	Variação face ao orçamento do 2.º trimestre de 2025
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	31 479 422	34 518 337	32 736 387	(3 038 916)
Ativos intangíveis	545 377	135 923	509 831	409 454
Participações financeiras - outros métodos	147 500	147 500	147 500	-
Outros investimentos financeiros	107 437	107 437	107 437	-
Ativos por Impostos Diferidos	297 278	292 770	333 332	4 508
	32 577 013	35 201 967	33 834 487	(2 624 954)
Ativo corrente				
Inventários	149 450	118 014	115 584	31 436
Clientes	3 701 028	4 005 916	3 461 845	(304 888)
Estado e outros entes públicos	661	337 352	111	(336 691)
Outros créditos a receber	12 570 052	8 785 808	9 649 802	3 784 244
Diferimentos	172 924	93 171	189 902	79 753
Caixa e depósitos bancários	6 756 178	731 213	5 900 091	6 024 966
	23 350 294	14 071 474	19 317 335	9 278 820
TOTAL DO ATIVO	55 927 307	49 273 441	53 151 822	6 653 865

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Execução 30-jun-25	Orçamento 30-jun-25	Execução 31-dez-24	Variação
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	9 028 400	9 028 400	9 028 400	-
Reservas legais	1 805 680	1 805 680	1 805 680	-
Resultados transitados	9 265 247	6 946 886	8 000 517	2 318 361
Outras variações no capital próprio	9 499 029	10 669 413	9 550 378	(1 170 384)
Resultado Líquido do Exercício / Período	(433 619)	(1 873 264)	1 264 730	1 439 645
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	29 164 736	26 577 114	29 649 705	2 587 622
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	1 496 596	1 438 394	1 496 596	58 202
Responsabilidades por bebefícios pós-emprego	1 382 689	1 294 451	1 481 477	88 238
Outras Dívidas a Pagar	2 663 079	2 710 680	2 840 451	(47 600)
	5 542 364	5 443 525	5 818 524	98 840
Passivo corrente				
Fornecedores	1 159 567	1 312 291	1 001 823	(152 724)
Estado e outros entes públicos	2 670 837	1 188 886	2 857 103	1 481 951
Outras dívidas a pagar	17 386 052	14 747 022	13 811 836	2 639 030
Diferimentos	3 750	4 604	12 831	(854)
	21 220 206	17 252 803	17 683 593	3 967 404
TOTAL DO PASSIVO	26 762 571	22 696 327	23 502 117	4 066 243
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	55 927 307	49 273 442	53 151 822	6 653 865

O Balanço evidencia no final do 2.º trimestre de 2025 algumas variações relevantes face aos montantes orçamentados, salientando-se o seguinte:

a) Ativos Fixos Tangíveis apresentam um valor inferior ao orçamentado de 3 038 916 euros. Esta variação é explicada pelo aumento das depreciações acumuladas face a dezembro (+2,35 milhões de euros).

b) Caixa e Depósitos bancários regista um acréscimo de 6 024 996 euros, resultante da diminuição do investimento e do aumento das vendas face a dezembro de 2024.

c) Conta de Outros Créditos a receber regista um acréscimo de 3 784 244 euros, com destaque para a rubrica "compradores-guias" (+3 milhões de euros).

d) Capital Próprio evidencia um acréscimo de 2 587 622 euros decorrente de um resultado liquido negativo do exercício inferior em 1,4 milhões de euros ao valor orçamentado.

e) Fornecedores regista um decréscimo de 152 724 euros, resultado do esforço para realizar pagamentos e recuperar o Prazo Médio de Pagamentos (PMP), ficando dentro dos prazos estipulados pelo Programa Pagar a Tempo e Horas

f) Conta Outras dívidas a pagar regista um acréscimo de 2 639 030 de euros, devido principalmente a "Armadores-marés" (+2,7 milhões de euros), justificado pelo valor que ficou por liquidar no final do mês, aliado ao acréscimo de pescado face a dezembro.

Demonstrações de Resultados em euros

	Execução 30-jun-25	Orçamento 30-jun-25	Execução 30-jun-24	Variação face ao orçamento do 2.º trimestre de 2025	
Vendas e Prestação de Serviços	13 713 137	13 151 026	12 655 618	562 111	4,27%
Subsídios à Exploração	242 279	147 333	14 468	94 947	64,44%
Variação da Produção	-	-			
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	(99 798)	(175 791)	(120 116)	75 994	-43,23%
Fornecimentos e serviços externos	(4 945 045)	(5 123 461)	(4 743 904)	178 416	-3,48%
Gastos com o pessoal	(7 666 686)	(8 149 743)	(7 639 786)	483 057	-5,93%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)				-	0,00%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	125 172	(40 000)	542 025	165 172	-412,93%
Provisões (aumentos/reduções)					
Outros rendimentos	1 511 650	1 291 954	1 382 888	219 697	17,00%
Outros gastos	(751 649)	(756 341)	(786 118)	4 692	-0,62%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 129 061	344 977	1 305 076	1 784 085	517,16%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2 551 500)	(2 159 164)	(2 285 885)	(392 336)	18,17%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(422 439)	(1 814 188)	(980 809)	1 391 749	-76,71%
Juros e rendimentos similares obtidos	12 021	10 600	17 632	1 421	13,40%
Juros e gastos similares suportados	(4 535)	(24 050)	(24 018)	19 515	-81,14%
Resultado antes de impostos	(414 953)	(1 827 638)	(987 194)	1 412 685	-77,30%
Imposto sobre o rendimento do período	(18 666)	(45 627)	(45 208)	26 961	59,09%
Resultado Líquido do Período	(433 619)	(1 873 264)	(1 032 402)	1 439 645	-76,85%

A Demonstração de Resultados do 2.º trimestre de 2025 regista algumas variações face aos montantes orçamentados, salientando-se o seguinte:

a) Prestações de Serviços, apresentam um ligeiro acréscimo de 535 759 euros acima do valor orçamentado. A 1ª venda de pescado é a componente com maior peso no volume de negócios. O montante dos rendimentos decorrentes das taxas da 1ª venda de pescado registou no período um acréscimo de 462 880 euros face ao orçamento. O rendimento das atividades de serviços de portos de pesca também evidencia um aumento de 4 469 euros. As restantes atividades de gestão dominial, serviços prestados à náutica de recreio e à atividade marítimo-turística e outros registam um acréscimo totalizando 68 410 euros.

b) Subsídios à exploração, registou um aumento de 94 947 euros face ao orçamento.

c) Fornecimentos e Serviços externos, regista um valor de 178 416 euros inferior ao orçamentado fundamentalmente explicado pelo efeito conjugado, ao nível das rúbricas de: i) "Trabalhos Especializados" (-215 mil euros), relacionado com trabalhos que estavam previstos em orçamento e que não se concretizaram; ii) "Publicidade e Propaganda" (-166 mil euros), e iii) "Eletricidade" (+196 mil euros)

d) Os Gastos com pessoal evidenciam globalmente um valor abaixo ao previsto no orçamento de 483 057 euros. A variação verificada no 2º trimestre, apesar do aumento salarial que teve lugar no início do ano, é justificada pelo menor número de trabalhadores.

e) No final do 2º trimestre de 2025, os gastos operacionais (considerando só o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal) totalizaram 12 711 529 euros, estando 737 466 euros abaixo do orçamento e 1,7% acima do período homólogo. O rácio de eficiência operacional foi de 92,7% sendo inferior ao previsto no Orçamento para o 2º trimestre e ligeiramente superior ao previsto no Orçamento anual.

f) O Resultado Líquido no 2º trimestre é negativo em 433 619 euros, enquanto o valor orçamentado, negativo, ascendia a 1 873 264 euros. Este desvio é justificado fundamentalmente pelo aumento da primeira venda de pescado (+408 884 euros), bem como pelo recebimento de 242 mil euros de subsídios à exploração e pela redução dos gastos com pessoal no montante de 483 mil euros.

Prazo Médio de Pagamentos e atrasos nos pagamentos:

A Docapesca apresenta um PMP de 42 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa "Pagar a Tempo e Horas" e tendo consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 de 13 de abril e pela RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deverá apresentar um PMP inferior a 45 dias, o que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

Limite de crescimento do endividamento

A Docapesca não tem qualquer contrato de financiamentos celebrado.

Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

A Docapesca, em cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, não recorre a banca comercial. No despacho do IGCP, datado de 20/06/2024, foi excecionado do cumprimento da UTE para os anos de 2024 e 2025, somente os valores:
a) Dos descobertos bancários;
b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
c) Inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
d) Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser semanalmente transferidos para contas da Docapesca no IGCP.

V - CONCLUSÃO

Tendo em atenção as análises efetuadas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a referida informação financeira (Relatório de Execução Orçamental) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 da Docapesca, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos e de controlo orçamental que lhe servem de suporte naquela data.

VI - NOTA FINAL

Ao finalizarmos o presente relatório não queremos deixar de registar a boa colaboração dos Serviços da Docapesca, SA, na prestação das informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Estamos ao inteiro dispor de V. Exas., para prestar qualquer esclarecimento adicional que entendam necessário.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.
Atentamente

BDO & Associados, SROC
A Administração

Sandra Simões Filipe Valério
Sócio ROC Responsável
(ROC nº 995, inscrito na CMVM sob o nº 20160610)

Ismael Matos Táboas
ROC Diretor
(ROC nº 1791, inscrito na CMVM sob o nº 20220045)